

Cristal Pigmentos do Brasil S.A.
CNPJ nº 15.115.504/0001-24

**Proposta da Administração para a AGO
a ser realizada em 28 de abril de 2017**

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), a Administração da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (“Cristal” ou “Companhia”) disponibiliza a seguir os documentos e informações necessários para a realização da AGO de 28 de abril de 2017.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeira, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, documentos estes referentes à data base de 31 de dezembro de 2016, foram arquivados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) no dia 22 de março de 2017 e estão disponíveis para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.cristal-al.com.br/>).



Índice

Anexo I: Balanço social e informações da área de recursos humanos.....	3
Anexo II: Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia (item 10 do formulário de referência)	7
Anexo III: Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09).....	20
Anexo IV: Candidatos para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração (itens 12.5 a 12.10 do formulário de referências).....	29
Anexo V: Remuneração dos administradores (item 13 do formulário de referência)	37

ANEXO I

Balanco social e informações da área de recursos humanos

BALANÇO SOCIAL

Projeto Melhor Idade:

No relacionamento com as comunidades, a Cristal desenvolve, desde Março de 2013, o Projeto Melhor Idade na localidade de Areias, estado da Bahia. O projeto foi elaborado para abranger toda a população acima de 40 anos da localidade, mas a aderência tem sido unicamente do público feminino, incluindo aquelas que estão fora da faixa etária inicialmente proposta, totalizando 47 mulheres, entre 24 e 78 anos, as quais iniciaram no projeto buscando perda de peso, mais saúde, tratamento e controle de doenças crônicas, melhora da funcionalidade nas atividades da vida diária, socialização, entre outros.

São realizados treinos com acompanhamento de profissionais de educação física, incluindo, entre outras atividades, exercícios de alongamento, fortalecimento muscular e caminhadas. Periodicamente são aferidas a circunferência da cintura e a pressão arterial das participantes, com o objetivo de acompanhar a evolução das mesmas.

Clube de Leitura:

Há nove anos o clube de Leitura da Cristal contribui para o despertar da leitura entre crianças e adolescentes das comunidades de Areias, Jauá e Arembepe, estado da Bahia. Em 2016, o Clube registrou um total de 10.572 presenças em 249 encontros. Adicionalmente, atividades extras realizadas dentro de instituições de ensino parceiras somaram outros 985 alunos atendidos.

O Clube de Leitura da Cristal atua em três vertentes:

- a) nas atividades de leitura desenvolvidas nas sedes do Clube;
- b) atividades nas escolas públicas com as quais tem parceria; e
- c) na formação de professores.

O Clube conta com uma programação diversificada, incluindo sessões de contação de histórias e atividades culturais e de letramento (exibição de filmes, música, leitura livre, oficinas de escrita, desenho e pintura; apresentação de peça teatral, entre outras). Da mesma forma que acontece desde o início das atividades do Clube, em 2016 os alunos foram provocados a pensar nas questões ambientais através de atividades desenvolvidas juntamente com o monitor.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO I--Continuação

Balanco social e informações da área de recursos humanos--Continuação

BALANÇO SOCIAL--Continuação

Apoio ao esporte em geral:

A Cristal acredita na força do esporte para melhorar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para todo o ambiente social. Em 2016 a Companhia estimulou, apoiou ou patrocinou iniciativas de esporte nas comunidades através das aulas de capoeira (em parceria com a Associação Abolição Capoeira, da qual participam 1260 alunos de Areias, Arembepe e Abrantes) e hapkido (em parceria com a Federação Baiana de Hapkido, atendendo 175 crianças das comunidades de Areias, Arembepe e Jauá, além de filhos de funcionários do Condomínio Parque de Interlagos), no estado da Bahia.

Projeto Amigo Pescador:

Criado pela Cristal com o objetivo de apoiar pescadores localizados na Estrada do Coco a aumentarem a produtividade, o Projeto Amigo Pescador realizou em 2016 ações voltadas para as colônias Z-57 (sede em Buraquinho) e Z-14 (sede em Arembepe), apoiando na melhoria da infraestrutura das respectivas sedes e na realização de eventos culturais realizadas pelos pescadores de Buraquinho, Busca Vida e Jauá.

Programa Portas Abertas:

Atenção especial também é dada aos programas de comunicação com as comunidades vizinhas à fábrica situada na Bahia, através de reuniões e participação em conselhos comunitários, além do programa de visitação Portas Abertas, do website cristal-al.com.br e da linha gratuita 0800 284 9114.

Em 2016, o Programa Portas Abertas levou à fábrica 382 visitantes da Região Metropolitana de Salvador e mesmo de outros estados. Foram 26 visitas no ano, quando os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer de perto a atuação da Cristal nas áreas ambiental, social e de processo industrial. Todas essas iniciativas em parceria com a comunidade estão em conformidade com as condicionantes da licença de operação da fábrica.

O Programa Portas Abertas também acontece na mina, situada no estado da Paraíba, com o objetivo de estabelecer um relacionamento transparente com empregados, familiares e comunidades, além de estudantes, professores e profissionais interessados em conhecer as práticas da Companhia. Na mina, o programa de visitação teve início em 1995 e já envolveu mais de 7.118 pessoas (240 em 2016).

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO I--Continuação **Balanco social e informações da área de recursos humanos--Continuação**

BALANÇO SOCIAL--Continuação

Projeto Agente de Segurança Mirim:

Na mina, no estado da Paraíba, foi realizada a terceira edição do Projeto Agente de Segurança Mirim, criado em 2014 com o objetivo de criar um círculo virtuoso em relação à segurança dentro e fora do local de trabalho.

Filhos dos empregados e contratados são inseridos na cultura da segurança, levam esses novos hábitos para dentro do convívio familiar e reforçam a consciência dos pais para manterem um comportamento seguro em casa e no trabalho. Em 2016, um total de 21 crianças entre 6 a 12 anos aceitaram o convite para passar um dia inteiro na mina sob a supervisão de um grupo de voluntários, participando de atividades práticas educativas e recreativas que mostravam como e porque devemos adotar um comportamento seguro nos mínimos detalhes da nossa vida.

Programas de Educação Ambiental e Recomposição de Áreas Mineradas:

O Programa de Educação Ambiental é realizado na Base de Pesquisas Ambientais da mina, onde alunos e professores recebem informações sobre preservação do meio ambiente, conhecem de perto a fauna e flora local e percorrem trilhas ecológicas. Desde 1996, quando o programa foi iniciado, 9.022 estudantes e 728 professores já visitaram a área de proteção ambiental.

Já o Programa de Recomposição de Áreas Mineradas garantiu, em 2016, o plantio de 11.487 mudas (totalizando 1.664.272 desde o início do programa). Com isso foram recuperados no ano 37,18 hectares, completando um total de 558,93 hectares recompostos. Dez famílias da zona rural do município de Mataraca - PB são diretamente envolvidas na produção de mudas nativas, atividade que promove geração de renda. Essas famílias em 2016 foram responsáveis por 79% da quantidade de mudas demandada pelo programa.

Programa de Reuso de Águas de Processo:

O Programa de Reuso de Águas de Processo obteve novo recorde em 2016 e garantiu a reutilização de 94% dos efluentes das plantas úmidas de beneficiamento. Essas águas foram direcionadas para manutenção do nível do lago operacional do complexo draga, representando uma redução de 12% de captação de água “nova” do manancial responsável pelo abastecimento da mina, o rio Guajú.

Em 2016 a Cristal Mineração colheu frutos da instalação de sistema de medição setorizada do consumo de água potável e campanhas de conscientização sobre uso responsável da água, ações que reduziram o consumo em mais de 40% frente a média histórica registrada na operação.

ANEXO I--Continuação

Balanco social e informações da área de recursos humanos--Continuação

RECURSOS HUMANOS

O quadro de empregados da Companhia totalizou, em 2016, 524 empregados diretos (538 no ano de 2015), e seu quadro de empregados apresenta baixos índices de “turnover”, em 2016 este índice foi de 0,30% (0,70% em 2015).

A Companhia participa de diversos grupos técnicos para pesquisa sobre práticas relativas à remuneração, garantindo assim a efetividade da política de remuneração para seus empregados. A empresa oferece ainda benefícios alinhados com as principais práticas de mercado, tais como: participação nos lucros, previdência privada, auxílio educação, assistência médica, assistência odontológica, programa qualidade de vida, dentre outros.

Em 2016 foram investidas mais de 2.600 horas em ações de treinamento, objetivando o atendimento das demandas de ordem técnica e de segurança e meio ambiente, além de também direcionar esforços para acompanhamento das alterações na legislação tributária.

Na gestão de segurança e meio ambiente, destaca-se as mais de 700 horas investidas no desenvolvimento e aprimoramento das equipes de respostas às emergências, além do sucesso no processo de certificação em radioproteção para mais um membro da equipe de engenharia.

No desenvolvimento técnico e gestão das equipes foram investidas mais de 1.900 horas de treinamento, onde se destacaram seminários internos de engenharia, formação de novo grupo de auditores interno do programa Atuação Responsável da Abiquim, seminários em automação de sistemas de controle de processo e seminários executivos para novos gestores da Companhia.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Do ponto de vista dos fundamentos do mercado nacional, apesar da crise econômica que persistiu ao longo de todo o ano de 2016, as importações de dióxido de titânio tiveram forte redução influenciada pela conjuntura econômica, política e demais incertezas, estimulando o mercado a buscar um maior abastecimento com o único fornecedor local, a Cristal Pigmentos do Brasil S/A. No âmbito externo, as importações de produtos de origem chinesa apresentaram uma forte redução na oferta, o que concomitante aos aumentos de preço desta origem, desmotivou o mercado a adquirir altos volumes importados.

Com relação ao preço, manteve-se no último trimestre do ano o movimento de alta, refletindo a tendência global de recuperação de margens da indústria de dióxido de titânio. O crescimento da demanda mundial e a forte redução dos níveis de estoque, continuaram a dar sustentação à implementação de aumentos de preço.

Relativamente ao segmento de minérios, observamos uma leve queda nas operações quando comparado ao ano de 2015. Essa queda se justifica pela crise econômica na qual o país ainda se encontra, principalmente na construção civil, mercado no qual estes produtos tem a sua maior utilização. Quanto ao preço médio de venda global dos minérios em Reais, também observamos uma pequena queda quando comparado ao mesmo período do ano anterior, acompanhando o movimento relativo ao preço das commodities internacionais.

10.2 Resultado operacional e financeiro

<i>(Em milhares de reais)</i>	Período de 12 meses*		Δ H%
	dez/2016	dez/2015	
Receita líquida	484.948	422.591	15%
Custo de vendas	(418.101)	(391.404)	7%
<i>Custo sobre a receita</i>	86%	93%	
Lucro (prejuízo) bruto	66.847	31.187	114%
<i>Margem bruta</i>	14%	7%	
Lucro líquido (prejuízo)	83.999	(20.908)	502%
<i>Margem líquida</i>	17%	-5%	
EBITDA	76.810	40.191	91%
<i>Margem EBITDA</i>	16%	10%	

*Refere-se aos números consolidados, considerando os nove meses de operação da filial da Paraíba antes da incorporação pela Cristal Pigmentos do Brasil S.A.

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia--Continuação

10.2 Resultado operacional e financeiro--Continuação

Receita líquida

O aumento das vendas no ano de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015, deveu-se pelos fatores internos e externos citados anteriormente. Outro fator importante foi o dólar médio do ano, que foi maior em 2016 quando comparado ao ano anterior, afetando positivamente as vendas de pigmento de titânio e minérios. Assim, considerando um aumento da receita líquida de 15%, vale destacar:

Segmento de pigmento de titânio

- i. aumento de 11% no volume de vendas de dióxido de titânio, principalmente no que se refere ao mercado nacional (crescimento da demanda e correspondente redução dos estoques globais de dióxido de titânio); e
- ii. aumento dos preços de venda do dióxido de titânio anunciado no final de 2015, que foi integralmente implementado durante o ano de 2016 (estes aumentos de preços foram observados em todas as regiões do mundo).

Segmento de minérios

- i. mesmo observando um aumento no volume de vendas em 2016, em comparação ao ano anterior, tivemos uma leve queda no preço médio de vendas, ou seja, o reflexo na variação da receita líquida total, comparando os dois exercícios (2016 e 2015), foi praticamente nulo. A título de exemplo, o volume de vendas da Zirconita aumentou 2,5%, enquanto que seu preço médio de venda no ano caiu cerca de 3,5%.

Custo de vendas

No acumulado de 2016 observamos uma melhora na margem bruta em comparação ao mesmo período do ano anterior, resultado positivo do esforço e trabalho da Companhia na implementação do programa de redução/corte de custos, estabelecido pelo Grupo quando da elaboração do Orçamento base para o ano de 2016.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia--Continuação

10.2 Resultado operacional e financeiro--Continuação

Lucro líquido (prejuízo)

A margem líquida do ano de 2016 foi positiva em 17%, contra uma margem negativa de 5% do ano anterior. O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 83.999 mil, contra um prejuízo de R\$ 20.908 mil apurado no ano anterior.

O crescimento da margem líquida deveu-se principalmente por três fatores principais:

- i. melhora nas margens de receita e custo, que juntas, combinaram para um aumento de 114% no lucro bruto;
- ii. repetição do indébito tributário, no valor de R\$ 42 milhões, decorrente de trânsito em julgado da Ação Declaratória que reconheceu o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS; e
- iii. resultado financeiro:
 - iii.1) flutuação da variação cambial no comparativo dos anos em análise, em decorrência da queda do dólar (variação cambial positiva de R\$ 7.580 mil em 31/12/2016, ante uma variação cambial negativa de R\$ 9.945 mil em 31/12/2015, ou seja, uma flutuação positiva de 176%); e
 - iii.2) reconhecimento da atualização, no valor de R\$ 33 milhões, do indébito tributário decorrente de trânsito em julgado da Ação Declaratória, citado anteriormente.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia--Continuação

10.2 Resultado operacional e financeiro—Continuação

EBITDA

<i>(Em milhares de reais)</i>	Período de 12 meses		$\Delta H\%$
	dez/2016	dez/2015	
Lucro líquido (prejuízo)	83.999	(20.908)	-502%
Resultado financeiro	(42.543)	10.121	-520%
Depreciação e amortização	28.954	46.626	-38%
IR e CS	6.400	4.352	47%
EBITDA	76.810	40.191	91%

No acumulado do ano de 2016, o EBITDA apresentou um crescimento de 91% em comparação ao mesmo período do ano anterior, basicamente por causa de:

- i. redução da representatividade do custo sobre a receita (melhoria da margem bruta), impulsionado pelo crescimento percentual da receita (15%) maior que o do custo (7%); e
- ii. indébito tributário, conforme citado anteriormente.

Índice de liquidez corrente

<i>(Em milhares de reais)</i>	dez/16	dez/15	$\Delta H\%$
Ativo Circulante (AC)	426.387	388.630	10%
Passivo Circulante (PC)	124.703	153.443	-19%
Índice de liquidez corrente (AC / PC) <i>(em reais)</i>	3,42	2,53	35%

O índice de liquidez corrente é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente. Se o resultado do índice for maior que 1, cenário em que se encontra a Companhia nos dois períodos apresentados (3,42 em dez/16 e 2,53 em dez/15), significa que a Companhia possui meios de honrar com suas obrigações de curto prazo.

Vale destacar ainda o crescimento do índice no comparativo dos anos, ocasionado principalmente pelo aumento do caixa e equivalentes de caixa e a redução do passivo circulante, decorrente basicamente da liquidação de parte dos saldos de empréstimos e financiamentos (R\$ 50.443 mil em dez/16, contra R\$ 88.780 mil em dez/15).

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia--Continuação

10.2 Resultado operacional e financeiro—Continuação

Índice de liquidez seca

<i>(Em milhares de reais)</i>	<u>dez/16</u>	<u>dez/15</u>	$\Delta H\%$
Ativo Circulante (AC)	426.387	388.630	10%
Estoques (E)	189.367	223.876	-15%
Passivo Circulante (PC)	124.703	153.443	-19%
Índice de liquidez seca ((AC - E) / PC) <i>(em reais)</i>	1,90	1,07	77%

Alguns críticos financeiros indicam que apresentar um elevado índice de liquidez corrente pode não ser tão bom assim, pois poderá significar que a Companhia possui muito dinheiro atrelado a ativos não produtivos, que não se realizariam no curto prazo. Assim foi criado o índice de liquidez seca, que possui a mesma natureza/característica do índice de liquidez corrente, deduzindo da base de cálculo a variável “Estoques”, ou seja, o índice de liquidez seca visa saldar as obrigações da Companhia de curto prazo sem depender da venda de estoques.

Assim como o índice de liquidez corrente, se o resultado do índice de liquidez seca for maior que 1, cenário em que se encontra a Companhia nos dois anos apresentados (1,90 em dez/2016 e 1,07 em dez/2015), significa que a Companhia possui meios de honrar com suas obrigações de curto prazo, sem a necessidade da venda de seus estoques.

O crescimento do índice observado no comparativo dos períodos segue a mesma lógica/justificativa apresentada no item anterior (liquidez corrente).

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia--Continuação

10.2 Resultado operacional e financeiro—Continuação

Índice de endividamento

<i>(Em milhares de reais)</i>	<u>dez/16</u>	<u>dez/15</u>	Δ H%
Ativo Total (AT)	644.348	562.292	15%
Passivo Total (PT)	222.569	220.387	1%
Índice de endividamento (PT / AT x 100) (%)	34,54	39,19	-12%

Este índice revela o grau de endividamento da Companhia e sua política de obtenção de recursos, se a Companhia vem financiando o seu Ativo com recursos próprios ou de terceiros.

Para avaliar o risco, quanto maior este índice pior será para a Companhia, visto que menor será a liberdade de decisões financeiras e maior será a dependência a esses terceiros, ou seja, maior a participação de capital de terceiros no financiamento das operações corporativas.

Analisando os períodos apresentados, observamos uma melhora neste índice para a data base atual. Para dez/15 o resultado indicava que a Companhia financiava 39% dos seus ativos com capital de terceiros, enquanto que para dez/16 esta dependência caiu para 35%. Esta variação decorre basicamente da redução dos saldos de empréstimos e financiamentos.

Índice de dívida/patrimônio

<i>(Em milhares de reais)</i>	<u>dez/16</u>	<u>dez/15</u>	Δ H%
Passivo Total (PT)	222.569	220.387	1%
Patrimônio líquido (PL)	421.779	341.905	23%
Índice de dívida/patrimônio (PT / PL) <i>(em reais)</i>	0,53	0,64	-18%

O índice de dívida/patrimônio informa quanto de patrimônio líquido a Companhia tem para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda corrente e não em percentual.

Da mesma forma que no índice de endividamento, quanto maior o índice, pior. Quanto mais alto ele for, maior será a participação de capital de terceiros na Companhia, e, conseqüentemente, maior será a dívida da Companhia.

ANEXO II**Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia--Continuação****10.2 Resultado operacional e financeiro—Continuação**ROA - Taxa de retorno sobre o ativo total

<i>(Em milhares de reais)</i>	<u>dez/16</u>	<u>dez/15</u>	ΔH%
Ativo Total (AT)	644.348	562.292	15%
Lucro Líquido (Prejuízo) (LL (P))	83.999	(20.908)	502%
ROA - Receita sobre o ativo total (LL (P) / AT) <i>(em reais)</i>	0,13	(0,04)	451%

Este índice indica a lucratividade da Companhia em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total. Quanto maior for o rendimento da Companhia sobre o total dos ativos, melhor, e quanto mais capitalizada a Companhia for, menor será o ROA. Em resumo indica o retorno gerado por cada R\$ 1,00 (um real) investido pela Companhia.

Na data base de dez/16, para cada R\$ 1,00 (um real) investido, a Companhia recupera R\$ 0,13 (treze centavos). Em comparação ao mesmo período do ano anterior, observamos um crescimento considerável neste índice, já que em dez/15 o resultado líquido foi negativo, e o efeito sobre o capital investido contrário, ou seja, para cada R\$ 1,00 (um real) investido a Companhia precisou reinvestir mais R\$ 0,04 (quatro centavos).

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia--Continuação

10.2 Resultado operacional e financeiro—Continuação

ROE - Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido

<i>(Em milhares de reais)</i>	<u>dez/16</u>	<u>dez/15</u>	Δ H%
Patrimônio líquido (PL)	421.779	341.905	23%
Lucro líquido (Prejuízo) (LL (P))	83.999	(20.908)	502%
ROE - Receita sobre o patrimônio líquido (LL (P) / PL) <i>(em reais)</i>	0,20	(0,06)	426%

O ROE mede a capacidade da Companhia de agregar valor a ela mesma utilizando recursos próprios, fazendo com que ela cresça usando somente aquilo que ela já tem. Em resumo indica o retorno para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos próprios investidos na Companhia.

Analisando os números da Companhia, o resultado do ROE é semelhante ao do ROA. Na data base de dez/16, para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos próprios investidos, a Companhia tem um retorno de R\$ 0,20 (vinte centavos). Em comparação ao ano anterior, também observamos um crescimento considerável neste índice, já que em dez/15 o resultado líquido foi negativo, e o efeito sobre os recursos próprios investidos contrário, ou seja, para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos próprios investidos a Companhia precisou reinvestir mais R\$ 0,06 (seis centavos)

Grau de alavancagem financeira

<i>(Em milhares de reais)</i>	<u>dez/16</u>	<u>dez/15</u>	Δ H%
ROA - Receita sobre o ativo total	0,13	(0,04)	451%
ROE - Receita sobre o patrimônio líquido	0,20	(0,06)	426%
Grau de alavancagem financeira (ROE / ROA) <i>(em reais)</i>	1,53	1,64	-7%

O grau de alavancagem financeira indica o grau de risco ao qual a Companhia está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital.

Em ambos os períodos apresentados a alavancagem financeira é boa, visto que temos um resultado maior que 1 (1,53 em dez/16 e 1,64 em dez/15), o que significa dizer que o retorno do ativo total será maior do que a remuneração paga ao capital de terceiros. Caso o cenário fosse o inverso (resultado menor que 1), indicaria riscos financeiros e uma elevada participação de terceiros na Companhia.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia—Continuação

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Comentários sobre os efeitos relevantes que a introdução ou a alienação de segmento operacional tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

Não se aplica.

(b) Comentários sobre os efeitos relevantes que a constituição, a aquisição ou a alienação de participação societária tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

Não se aplica.

(c) Comentários sobre os efeitos relevantes que eventos ou operações não usuais tenham causado ou venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

Créditos de PIS e COFINS:

Em novembro de 2014, a Companhia teve conhecimento do trânsito em julgado da decisão que julgou procedente Ação Declaratória reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, bem como de ser restituída, inclusive mediante compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal, dos valores indevidamente recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação, ocorrido em 26 de março de 2007, até 31 de dezembro de 2014.

Considerando a complexidade de levantar as informações para se apurar de forma precisa os valores envolvidos, bem como sua devida adequação face às normas existentes, a Administração ao longo de 2015 e 2016 procedeu à contratação de pareceres técnicos e jurídicos especializados, cujo objetivo foi identificar a metodologia apropriada para apurar corretamente o valor a ser recuperado e fazer valer a materialização do direito reconhecido na decisão judicial transitada em julgado.

Como consequência deste trabalho, foi finalizado o processo para levantamento dos valores referentes aos anos de 2002 e 2014, tendo sido reconhecido os créditos fiscais a recuperar cujo valor do principal corresponde a R\$ 41.844 mil e, que atualizado para 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 75.256 mil.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia—Continuação

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários (“CMV”) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - “IFRS”) emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Administração considerou as orientações emanadas da orientação OCPC 07, emitidas pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, assim como também não há ressalvas e ênfases no parecer do auditor independente.

10.5 Políticas contábeis críticas

Provisões

A Companhia discute judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defende de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei.

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia—Continuação

10.5 Políticas contábeis críticas--Continuação

Provisões--Continuação

As principais causas com probabilidade de perda possível ou remota, motivo pelo qual não foram constituídas as respectivas provisões, referem-se à:

i) Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 1º de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002 foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Em 14 de maio de 2015, o Supremo Tribunal Federal reestabeleceu a decisão que reconhece como válida a indexação dos salários estabelecida pela Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho de 1989/1990, no entanto, o Sindicato Patronal, em 13 de agosto de 2015, opôs Embargos de Declaração contra essa decisão que se encontra aguardando julgamento.

Adicionalmente, o Sindicato dos Trabalhadores ajuizou ação de cumprimento contra a Companhia perante a 2ª Vara do Trabalho de Camaçari/BA, que foi julgada parcialmente procedente em 28 de março de 2016. Dessa decisão, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal Regional do Trabalho.

Os assessores jurídicos classificam como remoto o risco de perda referente a esse processo, principalmente porque a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida anteriormente pelo Sindicato dos Trabalhadores.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia—Continuação

10.5 Políticas contábeis críticas--Continuação

Provisões--Continuação

ii) Auto de Infração de ICMS

A Secretaria da Fazenda de São Paulo lavrou Auto de Infração contra a Companhia no valor de R\$ 7.900 mil em virtude da suposta inadimplência no pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008 que, julgado parcialmente improcedente, foi reduzido para R\$ 5.995 mil. Contra esta decisão, a Companhia ajuizou ação anulatória na Vara da Fazenda Pública obtendo decisão liminar suspendendo a exigibilidade do tributo até o julgamento final do processo.

Em 17 de maio de 2012, a 4ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa concedeu tutela antecipada em Ação Anulatória ajuizada pela antes controlada da Companhia, Cristal Mineração, para suspender a exigibilidade do pagamento, no montante de R\$ 38.000 mil, do Auto de Infração lavrado pela ausência de recolhimento do ICMS sobre a transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada.

Gastos para desmobilização da mina

Os gastos para desmobilização da mina correspondem aos programas desenvolvidos de forma a contemplar todos os custos que serão necessários para as atividades destinadas à mitigação dos impactos decorrentes da desmobilização do empreendimento e restauração socioambiental. Estes gastos são calculados através da utilização de premissas subjetivas, as quais incluem o método de recuperação, o período em que o trabalho será executado, a taxa de inflação e a taxa de desconto a valor presente da provisão (8% a.a.).

A Companhia, em atendimento à legislação e regulamentação ambiental, contratou especialistas externos para reavaliar seus gastos futuros com desmobilização de ativos, restauração de áreas degradadas e programas socioeconômicos. Essa nova avaliação indicou a necessidade de complemento da provisão no montante de R\$ 30.106 mil, sendo R\$ 21.494 mil registrado em contrapartida do ativo imobilizado e R\$ 8.612 mil contra o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As estimativas de custos são revistas anualmente, como também a consequente revisão de cálculo do valor presente. O impacto no resultado referente ao ajuste a valor presente da provisão é registrado em contrapartida da despesa financeira.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia—Continuação

10.5 Políticas contábeis críticas--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui tributos diferidos ativos no montante de R\$ 19.092 mil (31/12/2015 - R\$ 3.996 mil) constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes, principalmente, da provisão para recuperação da mina. Adicionalmente, a Companhia possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados totalizam R\$ 86.932 mil, sendo que as atuais previsões de expectativa de realização futura não demonstram lucro tributável em prazo adequado para suportar a totalidade dos referidos créditos.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10.8 Plano de negócios

Não é prática da Companhia a divulgação do seu plano de negócios.

10.9 Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e financeiro da Companhia que não tenham sido relacionados neste formulário.

ANEXO III

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

1. Informar o lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 83.999 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia calculou dividendos a distribuir no montante global de R\$ 8.252 mil. Abaixo demonstramos o valor total distribuído por grupo de ações, além do valor unitário por ação dos dividendos.

	Quantidade de ações	Dividendos a distribuir (em R\$)	Valor por tipo de ação (em R\$)
Ações ordinárias	8.126.719	2.500.242,52	0,31
Ações preferenciais:			
Classe "A"	9.873.790	4.146.992,01	0,42
Classe "B"	5.214.489	1.604.274,44	0,31
	23.214.998	8.251.508,97	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

(Em R\$ mil)

Lucro líquido do exercício	83.999
Dividendos a distribuir	8.252
Percentual do lucro a distribuir	10%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Em 31 de dezembro de 2016 não houve dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

ANEXO III**Proposta de destinação do lucro líquido do exercício--Continuação****5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

	Quantidade de ações	Dividendos a distribuir (em R\$)	Valor por tipo de ação (em R\$)
Ações ordinárias	8.126.719	2.500.242,52	0,31
Ações preferenciais:			
Classe "A"	9.873.790	4.146.992,01	0,42
Classe "B"	5.214.489	1.604.274,44	0,31
	23.214.998	8.251.508,97	

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A forma e o prazo de pagamento serão definidos na AGO de 28/04/2017.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável. Não existe incidência de atualização e juros.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento será definida na AGO de 28/04/2017.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos anteriores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos anteriores.

ANEXO III

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício--Continuação

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

(em R\$ mil)	2016	2015	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) da Companhia	83.999	(20.908)	(51.613)	11.514
Quantidade de ações em circulação:				
Ordinárias	8.127	8.127	8.127	8.127
Preferenciais Classe "A"	9.874	9.874	9.874	9.874
Preferenciais Classe "B"	5.214	5.214	5.214	5.214
Lucro líquido (prejuízo) por ação - (em R\$)	3,62	(0,90)	(2,22)	0,50

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, motivo pelo qual não foram distribuídos dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia distribuiu dividendos no montante global de R\$ 9.750 mil, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade de ações	Dividendos distribuídos (em R\$)	Valor por tipo de ação (em R\$)
Ações ordinárias	8.126.719	3.413.222,15	0,42
Ações preferenciais:			
Classe "A"	9.873.790	4.146.992,01	0,42
Classe "B"	5.214.489	2.190.085,49	0,42
	23.214.998	9.750.299,65	

ANEXO III

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício--Continuação

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia destinou R\$ 4.134 mil do lucro líquido para a reserva legal.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

(em R\$ mil)

Lucro líquido do exercício	83.999
Compensação de prejuízos acumulados	<u>(1.324)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	82.675
Reserva legal	5%
Valor destinado à reserva legal	4.134

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam, entre outros direitos, de prioridade quanto a:

- Preferenciais classe "A" - gozam de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor nominal das ações e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B" nos lucros que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% ao ano às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B", e também na distribuição de bonificações em ações decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social.
- Preferenciais classe "B" - gozam de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercível em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo 1º do artigo 111 da Lei das S.A.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com



ANEXO III

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício--Continuação

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos--Continuação

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica, o lucro líquido do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Vide sub-item “2” do item “Anexo III”.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Vide sub-item “2” do item “Anexo III”.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO III

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício--Continuação

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Dividendos aos acionistas não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento), respeitando o artigo 31 do Estatuto Social, que informa que ao fim de cada exercício social, do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, e a administração apresentará proposta à Assembleia Geral Ordinária sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observados os seguintes preceitos, nesta ordem:

- i) 5% (cinco por cento), no mínimo, para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- ii) quando for o caso, as importâncias necessárias e as admitidas para as reservas de que tratam, respectivamente, os artigos 195 a 197 da Lei das S.A.;
- iii) a cota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das S.A.. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e do Estatuto Social, e, quando for o caso, das resoluções da Assembleia Geral;
- iv) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, não podendo exceder o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; e
- v) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, com o fim de garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos, não podendo exceder o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O lucro líquido do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica, nenhum montante foi retido.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP -42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO III

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício—Continuação

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica, nenhum montante foi retido.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica, nenhum montante foi retido.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica, nenhum montante foi retido.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não se aplica, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO III

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício—Continuação

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Vide sub-item “10 a)” do item “Anexo III”.

b) Identificar o montante destinado à reserva

	<i>(em R\$ mil)</i>
Lucro líquido do exercício	83.999
Compensação de prejuízos acumulados:	
Saldo de prejuízos acumulados em dez/15	(14.595)
Saldo da reserva para aumento de capital em dez/15	25
Saldo da reserva legal e especial para dividendos em dez/15	11.299
Saldo da reserva de isenção e redução de imposto de renda em dez/15	1.948
	<u>(1.323)</u>
Lucro líquido ajustado I	<u>82.676</u>
Constituição da reserva legal (5%)	4.134
Constituição das reservas de incentivos fiscais	45.535
	<u>49.669</u>
Lucro líquido ajustado II	<u>33.007</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	8.252
	<u>8.252</u>
Lucro líquido ajustado III	<u>24.755</u>
Reservas estatutárias:	
Reserva para aumento de capital	22.279
Reserva especial para dividendos	2.476

ANEXO III

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício—Continuação

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias--Continuação

c) Descrever como o montante foi calculado

O valor residual do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, constituição das reservas legal e de incentivos fiscais, e distribuição dos dividendos mínimos, denominado de “Lucro líquido ajustado III”, foi utilizado para constituição das reservas estatutárias, conforme descrito no Estatuto Social da Companhia (vide sub-item “10 a)” do item “Anexo III”):

i) Reserva para aumento de capital

Tem por finalidade assegurar adequadas condições operacionais. É constituída com até 90% do lucro líquido do exercício ajustado, não podendo exceder o limite de 80% do capital social.

ii) Reserva especial para dividendos

Essa reserva tem por objetivo garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica, não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica, não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Vide sub-item “14 b)” do item “Anexo III”.

b) Explicar a natureza da destinação

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais (SUDENE, DESENVOLVE e FAIN) passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

ANEXO IV

Candidatos para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a que concorre	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador?
Paulo Roberto Dantas Oliveira	12/04/1957	Administrador	130.332.555-15	-	Diretor de Relações com Investidores	28/04/2016	Um ano	Diretor	-
Ciro Mattos Marino	25/08/1958	Engenheiro Mecânico	055.993.258-81	Presidente do Conselho de Administração	Presidente do Conselho de Administração	28/04/2016	Um ano	Diretor	Sim
Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras	23/06/1968	Advogado	481.147.905-04	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	28/04/2016	Um ano	Gerente Jurídico	Sim
Alejandro Hernan Tochilovsky	21/12/1966	Administrador	404.008.675-91	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	28/04/2016	Um ano	Gerente de Supply Chain	Sim
João Roberto Sena da Paixão	24/07/1955	Administrador	064.429.435-34	Conselheiro Fiscal	Conselheiro Fiscal	28/04/2016	Um ano	Nenhuma	Sim
Massao Fábio Oya	17/11/1981	Contador	297.396.878-06	Conselheiro Fiscal	Conselheiro Fiscal	28/04/2016	Um ano	Nenhuma	Não
Aurelio Cezar da Silva Cardozo	07/08/1964	Administrador	338.665.115-15	Conselheiro Fiscal	Conselheiro Fiscal	28/04/2016	Um ano	Nenhuma	Sim
Marcelo Pereira Fernandes de Barros	06/12/1967	Administrador	441.951.765-49	Conselheiro Fiscal (Suplente)	Conselheiro Fiscal (Suplente)	28/04/2016	Um ano	Nenhuma	Sim
Jorge Michel Lepeltier	29/09/1947	Contador	070.190.688-04	Conselheiro Fiscal (Suplente)	-	-	-	Nenhuma	Não
Armando Garrido Lopes de Sá	24/08/1944	Engenheiro Químico	021.744.995-68	Conselheiro Fiscal (Suplente)	Conselheiro Fiscal (Suplente)	28/04/2016	Um ano	Nenhuma	Sim

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114

www.cristal.com

ANEXO IV

Candidatos para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração--Continuação

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal—Continuação

Paulo Roberto Dantas Oliveira:

Administrador de Empresas formado pela Universidade Católica de Salvador, BA, Pós Graduado em Marketing e RH pela UNIFACS em Salvador, BA, Especializado em Gestão de Negócios pelo INSEAD, Fr e Mestre em Administração pela UFBA. Especializou-se em administração de grandes empresas nacionais e multinacionais do ramo químico e petroquímico operando no Brasil e exterior.

Com uma carreira que ultrapassa 35 anos, adquiriu experiência nas áreas de recursos humanos, informática, finanças, suprimentos, relações trabalhistas, comunicação, relações com comunidade, jurídica, gestão de negócios, comissionamento e des-comissionamento de fábricas, governança corporativa, mercê de suas experiências profissionais junto às empresas Dow Química Aratu, Acrilonitrila do Nordeste (Rhodia), Dow Corning Silinor, Pronor/Nitrocarbono/Propet (atualmente Braskem), Monsanto do Brasil LTDA, tendo iniciado carreira na Dow em 1979 como estagiário, foi sendo designado e convidado para cargos Gerenciais nos anos seguintes, ocupou a Gerencia Geral de Fábrica de hidrolisado da Dow Corning Silinor da Bahia de 1989 a 1992, a Gerencia Corporativa Administrativa da Pronor/Nitrocarbono/Propet de 1992 a 1999, foi um Sênior Representative da Administração para a construção e implantação da fábrica da Monsanto no Polo Petroquímico da Bahia de 1999 a 2002. Em 2003 ocupou o cargo de Business Partner de Recursos Humanos na Cristal, sendo também Conselheiro de Administração da Companhia de 2005 até 2014.

Atua também como Conselheiro Fiscal do Sindicato das Empresas do Polo Petroquímico de Camaçari, foi vice-presidente executivo e Presidente do Conselho Fiscal da ABRH-Ba durante várias gestões e Presidente do Comitê de Gestão Estratégica de Pessoas da AMCHAM-Câmara de Comercio Americana Bahia em 2012/13.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO IV

Candidatos para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração--Continuação

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal—Continuação

Ciro Mattos Marino

Graduado pela FEI - Faculdade de Engenharia Industrial, em Engenharia Mecânica, em 1982; Pós-graduado em Marketing, Finanças e Recursos Humanos pela Fundação Vanzolini, da USP, em 1989. Participou de vários cursos de curta duração relacionados à liderança, “compliance” e antitruste realizados nos EUA entre 1999 e 2012. Fluente em Inglês, escrito e falado; em Espanhol, apenas falado; e ainda com conhecimentos de Francês.

Desde 1999 na Companhia, foi contratado para a posição de Diretor de Marketing e Vendas com responsabilidade sobre a América Latina, incluindo o México. Em 2000, adicionalmente à posição de Diretor de Marketing e Vendas, acumulou a posição de Superintendente de Fundo de Pensão da Millennium. Em 2001, assumiu a posição de Diretor Estatutário da Cristal. Depois, ao final de 2002, promovido a Diretor Geral e Membro do Conselho, e em 2003 a Presidente do Conselho de Administração da Companhia, posição exercida até a presente data – por todo o período, manteve a responsabilidade sobre a área de Marketing e Vendas. No período de 2003 a 2009 assumiu, em paralelo, posição na Diretoria da Kemwater, joint-venture entre a Companhia e a Kemira.Air Products – 1995 a 1999: Em 1995, convidado para assumir a posição de Gerente Geral da Divisão Química no Brasil, teve como missão principal organizar e criar infraestrutura operacional para a divisão no Brasil com a contratação de Controller, Recursos Humanos, etc. No ano 2000, foi envolvido em uma série de diligências visando M&A acompanhado de agentes internacionais da Companhia e consultores. Ainda neste ano, participou do processo de aquisição da empresa “Química da Bahia” e posterior fusão com as operações da Air Products no Brasil.

Rhodia S.A. – 1982 a 1995: Em 1982, admitido como Estagiário e Trainee, passando pelas áreas de Plásticos de Engenharia, Manutenção, Utilidades, Projetos e Assistência Técnica. Em 1983, promovido a Assistente Técnico JR em Polímeros, depois alterada para Assistente Técnico Comercial em 1985, acumulando as funções das áreas Técnicas e Vendas. Nos anos seguintes, na mesma função, promovido a Pleno e Senior. Em 1990, promovido à posição de Gerente Comercial. Em 1994, promovido à Gerente de Negócios para a América Latina.

ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química: Paralelamente à atividade empresarial, desenvolveu uma série de atividades junto a ABIQUIM. De 2000 a 2004 atuou na comissão para assuntos Legislativos. De 2006 até a presente data participa da Comissão de Corantes e Pigmentos. E, de 2008 até a presente data, é Conselheiro no Comitê Diretor da entidade.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO IV

Candidatos para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração--Continuação

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal—Continuação

Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras

Formação: Bacharelado em Direito – UFBA (1986-1990); Especialização em Direito Processual Civil – UNIFACS (1997-1999); e Especialização em Direito Civil - UNIFACS (2002-2003).

CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S/A, Desde Julho de 2005, Indústria química estabelecida no Pólo Petroquímico de Camaçari – BA, GERENTE JURÍDICO (desde Julho de 2005) e MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (desde Abril de 2009).

VERACEL CELULOSE S/A - De Dezembro de 2003 a Julho de 2005 Indústria de celulose - GERENTE JURIDICO

UNIFACS – UNIVERSIDADE SALVADOR - De Janeiro de 2002 a Dezembro de 2003 - Universidade particular com atuação no Estado da Bahia. GERENTE JURÍDICO e PROFESSOR DE DIREITO

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA – FIEB - De Março/2000 a Março de 2002 Entidade sindical representante do segmento industrial do Estado, incluído SESI, SENAI e IEL.

GERENTE JURIDICO - BOMPREÇO BAHIA S.A. De Abril/1994 a Abril de 1999 Rede de supermercados/hipermercados no Estado da Bahia

GERENTE JURÍDICO - ARTHUR ANDERSEN S/C. Agosto/1991 a Novembro/1993 - Empresa de auditoria e consultoria empresarial CONSULTOR FISCAL/JURÍDICO

Membro da Comissão de Assessoramento Jurídico da ABIQUIM – Associação Brasileira das Indústrias Químicas e Vice-Presidente da Comissão Jurídica da Câmara Americana de Comercio (AMCHAM) – Seção Bahia -

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO IV

Candidatos para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração--Continuação

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal—Continuação

Alejandro Tochilovsky

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), Pós Graduado em Gestão de negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) Dissertação: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO E MEDIÇÃO DE DESEMPENHO EM CADEIAS DE SUPRIMENTOS - Estudo de caso com empresas de produção de commodities dos complexos industriais de Camaçari e Aratu.

Experiência profissional de 25 anos adquirida em grandes empresas nacionais e internacionais como AKZO NOBEL, BRASKEM, MILLENNIUM CHEMICALS, LYONDELL CHEMICAL E CRISTAL COMPANY, atuando nas áreas de planejamento, supply chain e vendas. Experiência com fusão de empresas, ambientes e culturas diversas, interfaces complexas e gestão de conflitos relacionados a processos e pessoas. Desenvolvimento e Implementação de processos voltados diretamente para a gestão do negócio envolvendo relacionamentos e ações nas esferas governamentais, fiscal, financeira e comercial. Vivência de aproximadamente 20 anos dedicados ao gerenciamento de contratos de grande porte, envolvendo negociações complexas, grandes somas de capital e interesses divergentes. Experiência internacional com participação em times multidisciplinares, construindo e alinhando estratégias globais com outros executivos na América Latina, EUA, Europa e Ásia. Habilidade e flexibilidade para lidar com ambientes diversos a nível nacional e internacional, visão estratégica e foco no resultado do negócio. Fluência em inglês e espanhol. Inovação para processos de mudança e postura para aprender e passar novos conhecimentos.

Perfil empreendedor e multidisciplinar com capacidade para perseguir metas estratégicas de curto e longo prazo. Experiente negociador com diversos interlocutores. Competências interpessoais indispensáveis à participação em conselhos e diretorias nas áreas comerciais, relações governamentais e relações com investidores.

Atualmente é responsável pelo departamento de Supply Chain na Cristal para a América Latina e América Central.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO IV

Candidatos para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração--Continuação

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal—Continuação

João Roberto Sena da Paixão

Bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Bahia, Pós Graduado em Planejamento Tributário com Metodologia de Ensino Superior pela Universidade Salvador – UNIFACS, Curso de Extensão Universitária em Planejamento Tributário pela Faculdade Baiana de Ciências – FABAC e Técnico em Contabilidade pelo Centro Integrado Luiz Tarquínio.

Com uma trajetória profissional de mais de 38 anos acumulou experiência trabalhando em empresas privadas de grande porte, tais como: Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S/A (Tibrás - Titânio do Brasil S/A), COBAFI – Cia. Bahiana de Fibras, EMCA – Empresa Carioca de Produtos Químicos S/A, (Grupo Atlantic), Indústria de Premoldados Star Ltda. (grupo Odebrecht) e SIBRA – Eletrosiderúrgica Brasileira S/A, nas áreas de finanças, contabilidade, pessoal, fiscal e materiais, como empreendedor, é sócio da JRP Consultoria Empresarial Ltda., atuando nas seguintes áreas: administrativa, controladoria, contabilidade, fiscal e societária. Ex professor da rede estadual de ensino lecionando a disciplina Matemática Financeira, palestrante na Faculdade Visconde de Cayrú e Universidade Católica do Salvador, com os seguintes temas: “Contador Rumo ao Mercado de Trabalho”, “Empreendedorismo – Funcionamento da Atividade Empresária” e “Tributação das Empresas”. Instrutor de vários cursos profissionalizantes, avaliador do trabalho de Fraudes Fiscais da turma de formandos do curso de Ciências Contábeis da UNIFACS, membro do Conselho de Assuntos Fiscais e Tributários – CAFT, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, membro suplente do Comitê Temático de Investimento e Financiamento do Fórum Regional Permanente das ME e EPP da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO IV

Candidatos para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração--Continuação

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal—Continuação

Massao Fábio Oya

Conselheiro Fiscal Independente/ Contador com especialização – MBA em Gestão Financeira e Controladoria, é Sócio da Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda, prestando serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, atuando em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas, tendo sido Conselheiro Fiscal Titular das seguintes companhias: TIM Participações S.A. (set/11 a jan/12 e mar/12 a abr/12), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (abr/11 a abr/12), Wetzell S.A. (abr/11 a abr/12), Bardella S.A – Indústrias Mecânicas (abr/13 a abr/15), General Shopping S.A. (out/12 a abr/13), Companhia Providência Ind. e Comércio (abr/14 a mar/16) e Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (abr/15 a abr/16). É Conselheiro Titular presentemente da: Companhia Paranaense de Energia – COPEL (desde 04/15); Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (desde abr/13), WLM Indústria e Comércio S.A. (desde out/11), Pettenati Indústria Têxtil S.A. (desde out/14), Bicicletas Monark S.A. (desde abr/15) e Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (desde abr/15).

Aurélio César da Silva Cardozo

Bacharelado em Direito, Economia e Administração de Empresas, Mestrado em Administração e Comércio Internacional, Pós-Graduação em Finanças e Gestão Empresarial.

Membro independente com 29 anos de sólida experiência profissional, atuando em posições de Diretoria e Gestão, em empresas de médio e grande porte, nos segmentos de Engenharia, Consultoria Empresarial, Industrial, Auditoria e Serviços nas áreas Financeira, Administrativa, Auditoria, Planejamento Corporativo, Econômico, Financeiro e Tributário, Tesouraria, Controladoria, Orçamentos, Custos, Recursos Humanos e Jurídica.

Forte atuação na liderança dos processos e na análise de rentabilidade e de viabilidades de investimentos, estruturação de Operações Financeiras, Due Diligence, Relacionamento com Investidores e Processos de M&A.

Atuação como docente em instituição de ensino superior das seguintes disciplinas: Gestão Empresarial, Gestão Industrial e Planejamento Estratégico.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com



ANEXO IV

Candidatos para membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração--Continuação

12.7/8 Composição dos comitês

A Companhia não possui comitês estatutários.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não se aplica.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não se aplica.

ANEXO V

Remuneração dos administradores

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A. Objetivos da política ou prática de remuneração

A administração da remuneração para Conselheiros, Diretores Estatutários ou de qualquer outro empregado não estatutário visa compensar os colaboradores na MEDIANA do mercado no qual a empresa se insere, ou seja, no ramo químico & petroquímico.

Adicionalmente, qualquer decisão sobre remuneração é definida pela matriz na Arábia Saudita em conjunto com o setor de Recursos Humanos da unidade Brasil.

B. Composição da remuneração, indicando:

b.1) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração dos Conselheiros da Administração é composta pela seguinte premissa abaixo:

- GRATIFICAÇÃO ANUAL – Remuneração anual definida pela matriz na Arábia Saudita em conjunto com setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.

A remuneração dos Diretores Estatutários é composta pelas seguintes premissas abaixo:

- HONORÁRIOS FIXOS e BÔNUS ANUAIS – Remuneração definida pela matriz na Arábia Saudita em conjunto com setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.
- BENEFÍCIOS – São os respectivos componentes definidos pela matriz e o setor de Recursos Humanos da unidade Brasil: Carro designado, plano de pensão, assistência médica, seguro de vida, seguro e D&O.

b.2) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- Os honorários fixos e Bônus anual correspondem à remuneração definida pela matriz e o setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.

b.3) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

- Os honorários fixos são fixados pela matriz.
- Os valores, critérios de pagamento, bem como os indexadores de desempenho do Bônus são determinados pela matriz anualmente para todas as unidades Globais.

ANEXO V

Remuneração dos administradores—Continuação

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária--Continuação

B. Composição da remuneração, indicando:--Continuação

b.4) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

- A Cristal pesquisa o mercado setorial e define a remuneração considerando cargos similares no Brasil e nos países que opera.

b.5) Metodologia de cálculo para membros do conselho fiscal:

- Para os membros do conselho fiscal serão estabelecidos remunerações mensais fixas determinadas pelo conselho de Administração.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

<i>(em R\$ mil)</i>	Ano 2016
Diretoria Executiva:	1.573
Conselhos de Administração e Fiscal:	453

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO V

Remuneração dos administradores—Continuação

13.3 Informações sobre a remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº Membros	3	2	3
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Valor ainda não divulgado	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 1.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 1.000.000,00	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Valor ainda não divulgado	N/A

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO V
Remuneração dos administradores—Continuação
13.3 Informações sobre a remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal--Continuação

2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº Membros	3	2	3
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 77.220,00	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 1.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 1.000.000,00	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Zero	N/A

Cristal Brasil

 Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
 Camaçari - BA - Brasil

 Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO V
Remuneração dos administradores—Continuação
13.3 Informações sobre a remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal--Continuação

2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº Membros	3	2	3
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 278.442,00	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 1.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 1.000.000,00	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Zero	N/A

Cristal Brasil

 Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
 Camaçari - BA - Brasil

 Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO V
Remuneração dos administradores—Continuação
13.3 Informações sobre a remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal—Continuação

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº Membros	3	2	3
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	2 x 35% da remuneração	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 1.037.825,00	N/A
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Zero	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 1.000.000,00	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 1.000.000,00	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	Zero	N/A

Cristal Brasil

 Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
 Camaçari - BA - Brasil

 Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO V

Remuneração dos administradores—Continuação

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

(a) Termos e condições gerais

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(b) Principais objetivos do plano

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(f) Número máximo de ações abrangidas

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(g) Número máximo de ações a serem outorgadas

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(h) Condições para aquisição de ações

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114
www.cristal.com

ANEXO V

Remuneração dos administradores—Continuação

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente--Continuação

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(k) Forma de liquidação

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(l) Restrições à transferência das ações

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Cristal não trabalha com este expediente de pagamento.

13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, na data de encerramento do último exercício social.

Apenas Ciro Mattos Marino e Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras, membros do Conselho de Administração, e Paulo Roberto Dantas Oliveira, Diretor da Companhia, possuem ação da Cristal, sendo que cada um possui 1 (uma) ação ordinária.

13.6 Informações sobre a remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

ANEXO V

Remuneração dos administradores—Continuação

13.7 Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

13.8 Informações sobre opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

13.9 Precificação das ações / opções

Não se aplica, pois a Companhia não usa este expediente de pagamento.

13.10 Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão – Diretores Estatutários + Conselho de Administração	2016	2015	2014	2013
b. Número de membros	4	4	4	4
c. nome do plano	Itaú PGBL – Flexprev Empresa Plus			
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	S/N	S/N	S/N	S/N
e. condições para se aposentar antecipadamente	S/N	S/N	S/N	S/N
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 634.637,00	R\$ 404.693,20	R\$ 1.220.842,00	R\$ 1.228.622,00
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 634.637,00	R\$ 404.693,20	R\$ 1.220.842,00	R\$ 1.228.622,00
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Somente na hipótese de saída involuntária			

Cristal Brasil

Rodovia BA 099 Km 20 Abrantes - CEP –42840-000
Camaçari - BA - Brasil

Telefone (71) 3616-9114

www.cristal.com

ANEXO V

Remuneração dos administradores—Continuação

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Não se aplica, pois a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros e outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A remuneração dos Diretores Estatutários é composta pelas seguintes premissas abaixo:

- HONORÁRIOS FIXOS e BÔNUS ANUAIS – Remuneração definida pela matriz na Arábia Saudita em conjunto com setor de Recursos Humanos da Unidade Brasil.
- BENEFÍCIOS – São os respectivos componentes definidos pela matriz e o setor de Recursos Humanos da unidade Brasil: Carro designado, plano de pensão, assistência médica, seguro de vida, seguro e D&O.

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não se aplica, pois a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica, pois a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

Não se aplica, pois a Companhia não possui a prática para os parâmetros mencionados.

13.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes no que concerne à remuneração dos administradores serão divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

* * *